

Índice da Matéria

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Parte I – Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa

CAPÍTULO I – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

§ 1º	Generalidades	3
1.	Introdução.....	3
2.	Razão de ser dos procedimentos especiais	4
3.	Casuísmo do Código	5
4.	Técnicas de especialização procedimental.....	6
5.	Complementação das regras procedimentais.....	7
6.	Pressupostos dos procedimentos especiais.....	8
7.	Erro na adoção do procedimento	8
8.	Ações especiais suprimidas pelo CPC/2015	10
	8.1. A instituição do reconhecimento de usucapião pela via administrativa	15
	8.2. Requerimento e documentação	15
	8.3. Notificações	16
	8.4. Notificação por meio eletrônico	16
	8.5. Notificação por edital.....	16
	8.6. Conclusão do procedimento	16

CAPÍTULO II – AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

§ 2º	Os fundamentos do depósito em consignação	18
9.	O direito de pagar	18
10.	A liberação natural e a liberação forçada do devedor	19
11.	A ação de consignação em pagamento.....	19
12.	Histórico da consignação em pagamento	20
§ 3º	O procedimento da consignação em pagamento	21
13.	Natureza do instituto da consignação	21
14.	Natureza processual da ação de consignação	21
15.	Prestações passíveis de consignação	22
16.	Cabimento da consignação.....	22
17.	Liquidez da prestação devida	24
	I – <i>A mora accipiendi</i>	24

	II – A liquidez como requisito da consignatória	24
	III – A obrigação ilícida	25
	IV – <i>O an debeatur</i> na consignatória	26
18.	Consignação principal e incidental	27
19.	Legitimação <i>ad causam</i>	28
	I – Legitimidade ativa	28
	II – Legitimidade passiva	29
	III – Representação processual na consignatória	30
20.	Competência	30
21.	Consignação no local em que se acha a coisa devida	31
22.	Oportunidade da consignatória	32
	I – <i>Mora creditoris</i>	32
	II – <i>Mora debitoris</i>	32
	III – O “tempo devido”, para efeitos da consignação	33
23.	Objeto da consignação	34
24.	Obrigação de prestações periódicas	35
25.	Limite temporal da admissibilidade do depósito das prestações periódicas	35
26.	Quebra da sequência de depósitos periódicos	36
27.	O procedimento especial da consignatória	37
28.	Obrigações alternativas e obrigações genéricas	38
29.	Valor da causa	39
30.	Resposta do demandado	40
31.	Comparecimento do credor para receber	40
32.	Não comparecimento e revelia do demandado	42
33.	Levantamento do depósito pelo devedor	43
34.	Contestação	43
35.	Matéria de defesa	44
36.	Complementação do depósito insuficiente	45
	I – Depósito complementar pelo autor	45
	II – Não complementação do depósito	46
37.	Sentença	47
38.	Consignação em caso de dúvida quanto à titularidade do crédito	48
39.	Particularidades da consignação por dúvida	49
40.	A posição dos possíveis credores	50
	I – Ausência de pretendentes	50
	II – Comparecimento de um só pretendente	50
	III – Comparecimento de mais de um pretendente	51
41.	Resgate da enfiteuse	52
42.	A consignação de aluguéis e outros encargos locatícios	52
43.	A consignação de obrigação em dinheiro	55
44.	Conflito entre consignação em pagamento e execução forçada	56

CAPÍTULO III – AÇÃO DE EXIGIR CONTAS

§ 4º	Generalidades	59
45.	Introito	59

46.	Objetivo da ação de exigir contas	59
47.	Ação de dar e ação de exigir contas	60
48.	A natureza da ação de exigir contas.....	61
49.	Cabimento.....	62
50.	Prestação de contas e prescrição	64
51.	Legitimação e interesse.....	66
52.	Prestação de contas dos administradores judiciais.....	67
	52.1. Prestação de contas do inventariante	68
53.	Sociedade e prestação de contas.....	68
54.	Ações matrimoniais e prestação de contas	70
54-A.	Prestação de contas entre filho e genitor, em caso de usufruto legal	70
55.	Prestação de contas entre condôminos	71
55-A.	Prestação de contas do banco ao correntista.....	72
56.	Organização das contas.....	73
57.	Prova das contas	73
§ 5º	Procedimento da ação de exigir contas	75
58.	Ação de exigir contas	75
59.	Procedimento da primeira fase	75
	I – Petição inicial	75
	II – Apresentação das contas	75
	III – Apresentação das contas e contestação	76
	IV – Revelia	76
	V – Contestação sem negar a obrigação de prestar contas.....	76
	VI – Contestação com negativa da obrigação de prestar contas	76
60.	Reconvenção	77
61.	Decisão da primeira fase	77
62.	Procedimento da segunda fase.....	78
63.	Contas elaboradas pelo autor	79
64.	Sucumbência.....	81
§ 6º	Execução no procedimento de exigir contas	82
65.	Sentença e execução.....	82

CAPÍTULO IV – AÇÕES POSSESSÓRIAS

§ 7º	Generalidades	84
66.	A posse e seus efeitos	84
67.	A razão da tutela possessória.....	85
68.	O instituto da posse e a paz social	86
69.	O aspecto temporal da posse (fato duradouro e não transitório).....	88
70.	Natureza jurídica da posse.....	89
71.	Requisitos da tutela possessória	93
	71.1. Posse de particular sobre bem público.....	95
	71.2. Posse e detenção. Direito de retenção	96
§ 8º	Os interditos possessórios de manutenção, reintegração e proibição	97
72.	Origem dos interditos possessórios.....	97

73.	As ações possessórias.....	98
74.	Competência.....	99
75.	Legitimação ativa	99
76.	Legitimação passiva	100
77.	Petição inicial.....	101
78.	Procedimento: as ações de força nova e força velha	102
79.	Invasões coletivas de imóvel.....	103
	I – Novidade do CPC/2015.....	103
	II – Citação dos réus.....	103
	III – Procedimento para as ações de força velha em litígio coletivo	104
80.	Medida liminar possessória	104
81.	A decisão sobre a liminar	106
82.	A sentença possessória	107
83.	Posse de coisas e posse de direitos	108
83-A.	Posse de bens públicos.....	109
84.	O petitório e o possessório	111
85.	A exceção de propriedade no juízo possessório.....	114
86.	Esclarecimento de um equívoco histórico a propósito da <i>exceptio proprietatis</i> no direito luso-brasileiro	115
87.	Natureza dúplice das ações possessórias.....	117
88.	Liminar em favor do réu	118
89.	Natureza real das ações possessórias	120
90.	Natureza executiva do procedimento interdital.....	121
	90.1. Reintegração inviabilizada. Conversão em perdas e danos.....	124
91.	Cumulação de pedidos	124
92.	Interdito proibitório.....	125
§ 9º	Alguns incidentes registráveis nos interditos	127
93.	Embargos de terceiro	127
94.	Medida liminar e mandado de segurança.....	128
95.	Embargos de retenção	129
96.	Nomeação à autoria e denunciação da lide	129

CAPÍTULO V – AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES

§ 10.	Generalidades.....	135
97.	Introdução.....	135
98.	Conceito das ações especiais em análise	135
99.	Cumulação de ação divisória com ação demarcatória	136
100.	Temas novos.....	136
101.	Divisão e demarcação consensuais	137
102.	O georreferenciamento e a prova pericial.....	138
103.	Sucumbência e honorários advocatícios.....	139
§ 11.	Ação de demarcação.....	141
104.	A ação de demarcação e seu procedimento. Petição inicial	141
105.	Objeto da ação	141

106.	Competência para as ações do juízo divisório	147
107.	Legitimação ativa para o procedimento demarcatório	148
108.	Legitimação ativa de condômino	150
109.	Legitimação passiva	150
110.	Citação do confinante demandado.....	151
111.	Contestação.....	152
112.	Prazo de contestação.....	154
113.	Prova pericial.....	154
114.	A primeira sentença da ação demarcatória (encerramento da fase de acerto ou cognição).....	155
115.	Procedimento executivo (segunda fase da ação)	156
116.	A conclusão do procedimento demarcatório	157
117.	Natureza e força das duas sentenças da ação demarcatória	158
118.	Cumprimento da sentença em face dos confinantes.....	159
§ 12.	Ação de divisão.....	161
119.	Ação de divisão. Petição inicial	161
120.	Objeto da ação	161
121.	Objetivo da ação de divisão regulada pelo CPC	162
122.	Competência.....	163
123.	Legitimação ativa	163
124.	Legitimação passiva	165
125.	Procedimento. Citação	166
126.	Contestação.....	167
127.	Revelia.....	168
128.	Prova pericial.....	169
	I – Peritos	169
	II – Exame dos títulos dos condôminos e pedidos de constituição de quinhões.....	170
	III – Benfeitorias de terceiros e benfeitorias de condôminos.....	170
	IV – Plano de divisão	170
	V – Deliberação da partilha.....	171
	VI – Critérios a observar na formação dos quinhões.....	171
129.	Auto de divisão e sentença homologatória	172
130.	Aplicação de regras da demarcatória à ação de divisão	173
131.	A coisa julgada na ação de divisão.....	174
132.	Cumprimento da sentença de divisão (execução forçada).....	175
133.	Terceiro prejudicado pela ação de divisão. Benfeitorias dentro da área dividenda.....	175
134.	Usurpação de terrenos de vizinhos da área dividenda.....	177

CAPÍTULO VI – DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE

§ 13.	Da ação	182
135.	Introito.....	182
	135.1. Sociedades simples.....	183
136.	Normas processuais atinentes à dissolução da sociedade.....	184
137.	Objetivo	185
138.	Legitimidade.....	186

	I – Legitimados ativos	186
	II – Legitimados passivos	188
139.	Cabimento.....	188
	I – Falecimento do sócio	188
	II – Exclusão de sócio	188
	III – Exercício do direito do sócio de retirar-se da sociedade.....	189
140.	Exclusão de sócio por quebra da <i>affectio societatis</i>	190
141.	Competência.....	191
142.	Procedimento	192
	I – Petição inicial	192
	II – Citação	192
	III – Conciliação prévia	193
	IV – Contestação	193
	V – Decisão.....	195
	VI – Cumprimento da sentença.....	196
143.	A resolução da sociedade	196
144.	Apuração dos haveres	197
145.	Critérios para apuração dos haveres	198
	I – Cláusulas contratuais	198
	II – Aplicação da boa-fé objetiva.....	198
	III – Balanço patrimonial.....	198
	IV – Cotas dadas em penhor em benefício de terceiro	200
146.	Execução da sentença	200
147.	A dissolução parcial de sociedade anônima	201
147-A.	Dissolução parcial de sociedade e cláusula compromissória (juízo arbitral).....	203

CAPÍTULO VII – INVENTÁRIO E PARTILHA

§ 14.	Disposições gerais.....	206
148.	Introito.....	206
149.	Caráter contencioso do inventário.....	207
150.	Inventário e partilha por via administrativa.....	207
151.	Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o inventário extra-judicial	210
152.	Execução da partilha por via administrativa.....	212
153.	Inventário negativo	212
154.	Competência.....	213
	154.1. Prevenção de competência, no caso de ajuizamento de mais de um inventário sobre a mesma herança	214
155.	Universalidade do foro sucessório.....	215
156.	Questões solucionáveis no juízo sucessório	216
157.	Administração da herança	216
158.	O inventariante.....	217
	I – Quem pode ser nomeado	217
	II – Novidades do CPC.....	218
159.	Encargos do inventariante	219
	I – Atos de gestão.....	219

	II – Atos de disposição.....	219
	III – Prestação de contas.....	220
160.	Remoção do inventariante	220
	I – Hipótese.....	220
	II – Procedimento.....	221
161.	Legitimação para promover o inventário.....	222
§ 15.	Inventário judicial	224
162.	Procedimento	224
	I – Inventário	224
	II – Partilha.....	224
163.	Petição inicial.....	224
164.	Primeiras declarações.....	224
165.	Citações e interveniências.....	226
166.	Impugnação dos citados.....	227
167.	Herdeiro omitido nas declarações do inventariante.....	228
168.	Avaliação	229
	I – Laudo	229
	II – Manifestação das partes	230
169.	Últimas declarações	231
170.	Cálculo do imposto <i>causa mortis</i>	231
171.	Colações	231
172.	Sonegados.....	233
173.	Pagamento de dívidas do morto	233
§ 16.	Partilha	236
174.	Espécies de partilha	236
175.	Partilha judicial. Deliberação	236
176.	Esboço e lançamento da partilha	238
	I – Esboço da partilha	238
	II – Partilha.....	239
177.	A sentença da partilha	239
178.	O formal de partilha	240
179.	Emenda ou retificação da partilha.....	241
180.	Pacto de não partilhar	242
§ 17.	Invalidação da partilha	244
181.	Ação de anulação e ação rescisória de partilha	244
182.	Conceituação de partilha judicial	244
183.	Conceituação de partilha amigável.....	246
184.	Casuísmo da rescisória de partilha	247
185.	Ação de nulidade de partilha.....	248
186.	Ação de petição de herança	250
§ 18.	Arrolamento	251
187.	Simplificação do inventário	251
188.	Arrolamento sumário do art. 659 (por deliberação voluntária dos interessados)	251
189.	Arrolamento comum do art. 664 (por imposição da lei).....	253

190.	Lei nº 6.858, de 24.11.1980.....	255
	190.1. Benefícios previdenciários.....	256
191.	Inventário administrativo	256
§ 19.	Disposições comuns	257
192.	Medidas cautelares	257
193.	Sobrepilha	258
194.	Curatela especial ao herdeiro.....	258
195.	Inventários cumulados	259
196.	Honorários de advogado.....	259
197.	Extinção do processo por paralisação da causa	260
198.	Assistência judiciária	261
199.	Terceiros prejudicados.....	261

CAPÍTULO VIII – EMBARGOS DE TERCEIRO

§ 20.	Generalidades	269
200.	Conceito	269
201.	Natureza jurídica.....	270
202.	Requisitos	270
203.	Ato judicial atacável.....	272
203-A.	Posse direta e posse indireta, em embargos de terceiro	274
204.	Penhora de bem alienado em fraude contra credores.....	275
204-A.	Estaria superada a Súmula nº 195 do STJ?.....	276
205.	Embargos a atos do juízo divisório.....	277
205-A.	Embargos de terceiro e desconsideração da personalidade jurídica.....	278
206.	Embargos do credor com garantia real	279
206-A.	Embargos do credor com garantia de alienação fiduciária	280
206-B.	Embargos do promissário comprador.....	281
206-C.	Embargos do adquirente de imóvel por título ainda não registrado.....	282
207.	Embargos e mandado de segurança	282
§ 21.	Procedimento	284
208.	Legitimação ativa	284
	I – Legitimados pelo CPC/2015.....	284
	II – Equiparação a terceiro prevista no art. 1.046, § 2º, do CPC/1973	286
209.	Legitimação ativa do prestador de garantia real a dívida de terceiro	286
210.	Legitimação ativa de quem participou do processo primitivo.....	287
211.	Legitimação passiva	289
212.	Oportunidade	290
213.	Competência.....	292
214.	Procedimento	293
	I – Petição inicial	293
	II – Concessão da liminar	294
	III – Citação	294
	IV – Contestação	295
	V – Revelia	295

215.	Sentença.....	295
215-A.	Verbas sucumbenciais. Princípio da causalidade.....	297

CAPÍTULO IX – OPOSIÇÃO

§ 22.	A ação especial de oposição.....	299
216.	Introdução.....	299
217.	Conceito.....	300
218.	Cabimento e extensão.....	301
219.	Oportunidade da oposição.....	301
220.	Conexão das causas.....	302
221.	Competência.....	303
222.	Procedimento.....	303
223.	Julgamento da oposição.....	304

CAPÍTULO X – HABILITAÇÃO

§ 23.	Procedimento da substituição da parte falecida.....	306
224.	Conceito.....	306
225.	Legitimidade para requerer a habilitação.....	306
226.	Competência.....	307
227.	Procedimento.....	307
	I – Habilitação sumária.....	308
	II – Habilitação ordinária, em autos apartados.....	308
	III – Natureza da decisão.....	308
	IV – Recurso.....	308
228.	Habilitação do adquirente e do cessionário.....	309
229.	Efeito do deferimento da habilitação.....	310

CAPÍTULO XI – TIPIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DAS AÇÕES PERTINENTES AO DIREITO DE FAMÍLIA

§ 24.	Ações de família.....	312
230.	Introito.....	312
231.	A entidade familiar.....	312
232.	Tipificação.....	313
233.	A mediação e a conciliação.....	313
234.	A Resolução nº 125 do CNJ.....	314
235.	Legitimação.....	315
236.	Procedimento.....	315
	I – Conciliação ou mediação extrajudicial requerida pelas partes.....	315
	II – Procedimento sem o pedido de conciliação ou mediação extrajudicial pelas partes.....	316
	III – Competência.....	317
	IV – Procedimento no caso de frustração da conciliação.....	317
	V – Tutela especial às crianças.....	318
237.	Efeitos do termo final da mediação e conciliação.....	319
237-A.	Ação de alimentos.....	320
	I – Aplicação da Lei nº 5.478/1968.....	320

II – Competência	320
III – Petição inicial	321
IV – Alimentos provisórios.....	321
V – Revisão dos alimentos provisórios.....	322
VI – Citação.....	322
VII – A audiência de conciliação e julgamento.....	323
VIII – Recurso.....	323
IX – Execução da prestação alimentícia	324
X – Justiça gratuita na ação de alimentos	324
XI – Revisão da pensão definitiva.....	324
XII – Compensação da verba alimentícia com prestação <i>in natura</i>	325
237-B. Ação de alimentos gravídicos.....	325
237-C. A coisa julgada nas ações de paternidade	325
237-D. Ações de paternidade <i>post mortem</i>	326
237-E. Ação para exigir contas no âmbito do direito de família.....	326
237-F. O rigor probatório nas ações de filiação	327

CAPÍTULO XII – AÇÃO MONITÓRIA

§ 25. Noção geral do procedimento monitorio	330
238. Introito.....	330
239. Necessidade de facilitar o acesso do credor ao título executivo	330
240. Em que consiste o procedimento monitorio	331
241. O procedimento monitorio brasileiro.....	333
242. A ação monitoria no Código de Processo Civil	335
§ 26. A ação monitoria no Código de Processo Civil brasileiro	336
243. Condições de admissibilidade da ação monitoria	336
244. Objeto	337
244.1. Dívida de jogo contraída no exterior	337
245. Competência.....	338
246. Legitimidade ativa.....	338
247. Legitimidade passiva.....	339
I – A Fazenda Pública como agente passivo: peculiaridades do direito brasileiro	340
II – O posicionamento do STJ.....	340
248. Prova	341
I – Prova escrita: elementos doutrinários	341
II – Conjunto documental	342
III – Os títulos injuntivos	343
IV – A prova oral documentada, produzida antecipadamente	344
V – Dúvida quanto à idoneidade da prova documental.....	344
VI – Ônus da prova.....	345
VII – Prescrição	345
249. Procedimento	346
I – Petição inicial	346
II – Citação	347
III – Condutas do réu.....	348

	IV – Resgate do débito pelo réu	348
	V – Revelia.....	348
	VI – A oposição de embargos.....	349
	VII – Conversão do mandado de pagamento em título executivo judicial	349
	VIII – Direito regressivo: denunciação da lide.....	349
250.	Embargos à ação monitória	349
251.	Processamento dos embargos monitórios	350
	I – Matéria argüível	350
	II – Prazo e segurança do juízo	350
	III – Petição dos embargos.....	350
	IV – Prazo de defesa do credor embargado	350
	V – Efeitos.....	351
	VI – Rejeição dos embargos	351
	VII – Acolhimento dos embargos.....	351
	VIII – Recurso contra a sentença que julga os embargos	351
252.	Coisa julgada.....	351
253.	Ação rescisória contra a decisão que defere o mandado de pagamento.....	352
254.	Uso indevido da ação monitória	352

CAPÍTULO XIII – HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL

§ 27.	Da ação	354
255.	Introito.....	354
256.	Penhor legal: efetivação e homologação	355
257.	Natureza jurídica da medida processual.....	355
258.	Procedimento	356
	I – Petição inicial	356
	II – Citação do réu.....	357
	III – Audiência preliminar	357
	IV – Defesas do réu.....	357
259.	Sentença.....	358
260.	Execução.....	358
261.	Formalização extrajudicial da homologação do penhor legal.....	358
	I – Requerimento.....	359
	II – Intimação do devedor.....	359
	III – Condutas do devedor.....	359

CAPÍTULO XIV – DANOS OCORRIDOS DURANTE A NAVEGAÇÃO

§ 28.	Regulação da avaria grossa	361
262.	Introito.....	361
263.	Conceito	361
264.	A ação de regulação da avaria grossa no sistema brasileiro	363
265.	Competência.....	364
266.	Legitimidade	365
267.	Procedimento	365
	I – Petição inicial	365

II – Nomeação do regulador.....	365
III – Fases da regulação	366
IV – Declaração de abertura da avaria grossa.....	366
V – Impugnação à declaração	366
VI – Oferecimento de garantia para liberação de carga.....	367
VII – Levantamento de valores depositados para arcar com as custas da alienação judicial da carga sem caução.....	367
VIII – Regulamento da avaria grossa.....	367
IX – Impugnação ao regulamento	368
X – Homologação da regulação	368
XI – Prescrição.....	368
268. O Tribunal Marítimo.....	369

CAPÍTULO XV – RESTAURAÇÃO DE AUTOS

§ 29. Procedimento para recuperar autos desaparecidos.....	372
269. Conceito	372
270. Objetivo do procedimento.....	372
271. Legitimidade	373
272. Competência.....	373
273. Procedimento	373
I – Petição inicial	374
II – Citação e manifestação da parte contrária.....	374
III – Restauração de autos após a produção de provas.....	374
274. Julgamento da restauração.....	375
275. Autos extraviados no tribunal.....	375
276. Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos.....	375

Parte II – Procedimentos de Jurisdição Voluntária

CAPÍTULO XVI – JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

§ 30. Generalidades.....	379
277. Introito.....	379
278. Iniciativa do procedimento e participação dos interessados.....	380
279. Litigiosidade incidental.....	382
280. A função do juiz	383
281. Verbas sucumbenciais	383
282. Procedimentos.....	384
I – Procedimento comum a todos os procedimentos de jurisdição voluntária	384
II – Pedidos processados sob o rito comum	384
III – Disposições complementares.....	386

CAPÍTULO XVII – NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO

§ 31. Procedimento para notificar, interpelar.....	388
283. Conceito	388
284. Protesto de títulos pela via notarial	389

284.1.	Cancelamento do protesto de títulos.....	390
284.2.	A recuperação judicial e a suspensão dos protestos.....	391
284.3.	Central Nacional de Serviços Eletrônicos.....	392
285.	Protesto judicial.....	392
286.	Notificação.....	394
287.	Interpelação.....	394
288.	Procedimento.....	395
289.	Indeferimento do pedido.....	396
290.	Defesa e contraprotesto.....	397
291.	Encerramento do feito e destino dos autos.....	398

CAPÍTULO XVIII – ALIENAÇÕES JUDICIAIS

§ 32.	Procedimento das alienações judiciais.....	400
292.	Alienações judiciais.....	400
293.	Alienações cautelares.....	400
294.	Iniciativa da medida.....	401
295.	Casos de alienação judicial expressos em lei.....	401
296.	Leilão.....	401
297.	Avaliação prévia.....	402
298.	Publicidade.....	403
299.	Arrematação.....	403
300.	Destino do produto da alienação.....	403
301.	Outros bens alienáveis judicialmente.....	404
302.	Bens indivisíveis em inventário e partilha.....	404
303.	Bens de crianças, adolescentes, órfãos e interditos.....	405
304.	Alienação forçada de bem indivisível como forma de extinção de condomínio.....	405
305.	Alienação de quinhão em coisa comum de forma irregular.....	407
306.	Alienação irregular do quinhão de bem comum indivisível em execução.....	407
307.	Alienação irregular de quinhão do bem comum indivisível em negociação particular....	408

CAPÍTULO XIX – DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO CONSENSUAIS, EXTINÇÃO CONSENSUAL DE UNIÃO ESTÁVEL E ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS DO MATRIMÔNIO

§ 33.	Procedimento do divórcio, da separação e da homologação da extinção de união estável consensuais.....	410
308.	Noções introdutórias.....	410
309.	A dissolução da sociedade conjugal após a EC nº 66/2010.....	411
310.	Natureza jurídica.....	412
311.	Requisitos.....	413
312.	Legitimação.....	413
313.	Competência.....	414
314.	Petição inicial.....	414
	I – Requisitos.....	414
	II – Bens do casal.....	415
	III – Filhos incapazes.....	416
	IV – Pensão alimentícia entre os cônjuges ou companheiros.....	416

315.	Procedimento	417
316.	Sentença de homologação.....	418
317.	Reconciliação do casal.....	418
318.	Revisão e rescisão do acordo de separação, divórcio ou extinção de união estável	419
	318.1. Alteração negocial de partilha homologada judicialmente.....	420
319.	Separção, divórcio e extinção de união estável por via administrativa	420
	I – Escritura pública.....	421
	II – Requisitos de validade da escritura pública	422
	III – Casais homoafetivos.....	422
320.	Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre separação e divórcio consensuais	423
321.	Execução do acordo de separação, divórcio ou extinção de união estável ajustado por escritura pública.....	424
322.	Alteração do regime de bens do casamento	425

CAPÍTULO XX – TESTAMENTOS E CODICILOS

§ 34.	Procedimento da apresentação dos testamentos em juízo	428
323.	Introito.....	428
324.	Objetivo do procedimento.....	428
325.	Competência.....	430
326.	Procedimento	430
327.	Sentença.....	430
328.	Efeitos	430
329.	Testamento cerrado	431
330.	Testamento público.....	432
331.	Testamento particular.....	432
332.	Procedimento	433
333.	Codicilos e testamentos marítimo, aeronáutico, militar e nuncupativo.....	435

CAPÍTULO XXI – HERANÇA JACENTE

§ 35.	Procedimento da arrecadação de herança jacente	438
334.	Conceito moderno de jacência da herança.....	438
335.	Competência.....	438
336.	Legitimação.....	439
337.	Procedimento	439
338.	A administração da herança jacente.....	440
339.	Habilitação	440
340.	Declaração de vacância	441

CAPÍTULO XXII – BENS DOS AUSENTES

§ 36.	Procedimento da arrecadação de bens dos ausentes	443
341.	Ausência	443
342.	Pressupostos.....	443
343.	Competência.....	443

344.	Fases do procedimento.....	443
345.	Procedimento da primeira fase	444
346.	Procedimento da sucessão provisória	444
347.	Conversão da sucessão provisória em definitiva	445

CAPÍTULO XXIII – COISAS VAGAS

§ 37.	Procedimento da arrecadação das coisas vagas.....	448
348.	Conceito	448
349.	Legitimação.....	448
350.	Competência.....	448
351.	Cabimento.....	448
352.	Procedimento	449

CAPÍTULO XXIV – INTERDIÇÃO

§ 38.	O instituto da curatela.....	451
353.	Introito.....	451
354.	Questões relevantes sobre a interdição.....	451
355.	Disposições da Lei nº 13.146/2015 que impactam no procedimento fixado nos arts. 747 e seguintes do CPC/2015	452
	I – A “nova” curatela	452
	II – Artigos do Código Civil revogados pelo CPC/2015 e repristinados pela Lei nº 13.146/2015	453
	III – Interdição ou simplesmente curatela.....	455
§ 39.	O procedimento da interdição.....	457
356.	Natureza jurídica da interdição	457
357.	Competência.....	457
358.	Legitimidade	457
	I – Legitimidade passiva	457
	II – Legitimidade ativa.....	459
	III – Legitimidade do Ministério Público.....	459
	IV – Legitimidade do tutor	460
	V – Legitimidade do cônjuge e de parente.....	460
	VI – Legitimidade do representante da entidade em que se encontra abrigado o interditando.....	460
	VII – A autointerdição.....	460
359.	Petição inicial.....	460
360.	Procedimento	461
	I – Entrevista	461
	II – Impugnação.....	462
	III – Das provas.....	463
361.	Sentença.....	464
	I – Conteúdo.....	464
	II – Nomeação do curador.....	464
	III – Efeitos da sentença.....	465

362.	Eficácia da sentença sobre atos do interditando	465
363.	Rescisória	466
364.	Levantamento da interdição	466
365.	Investidura dos curadores.....	466
366.	Remoção de curador.....	467

§ 40. A Tomada de decisão apoiada..... 468

367.	A nova medida protetiva de pessoas em situação de vulnerabilidade	468
368.	Procedimento	468
	I – Legitimidade.....	468
	II – Petição inicial.....	469
	III – Processamento	469
	IV – Efeitos da decisão que acolhe o pedido.....	469
	V – Desfazimento da medida de apoio	469
	VI – Obrigações do apoiador	469

CAPÍTULO XXV – DISPOSIÇÕES COMUNS À TUTELA E À CURATELA

§ 41. Generalidades.....	470	
369.	Introito	470
370.	Disposições comuns à nomeação de tutor e curador.....	470

CAPÍTULO XXVI – ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES

§ 42. Procedimento da organização e fiscalização das fundações.....	475	
371.	Conceito de fundação.....	475
372.	Procedimento da instituição da fundação	475
373.	Estatutos confiados à elaboração de terceiro.....	476
374.	Alteração do estatuto	476
375.	Extinção da fundação	477

CAPÍTULO XXVII – RATIFICAÇÃO DOS PROTESTOS MARÍTIMOS E DOS PROCESSOS TESTEMUNHÁVEIS FORMADOS A BORDO

§ 43. Procedimento	479	
376.	Introito.....	479
377.	Conceito	479
378.	Objetivo	480
379.	Procedimento	481
	I – Introdução.....	481
	II – Petição inicial.....	481
	III – Audiência	482
	IV – Decisão	482

CAPÍTULO XXVII-A – USUCAPIÃO

§ 43-A.Reconhecimento extrajudicial de usucapião sobre imóvel	485	
379-A.	Ação de usucapião e reconhecimento extrajudicial de aquisição da propriedade imobiliária por meio de usucapião.....	485

379-B. Procedimento extrajudicial do reconhecimento de usucapião	486
379-C. Julgamento do procedimento administrativo	487
I – Conversão em procedimento judicial	487
II – Indeferimento do pedido pelo Oficial do Registro de Imóveis	487
III – Deferimento do pedido pelo registrador	487
379-D. Cabimento do procedimento extrajudicial.....	488
379-E. Competência.....	488

Parte III – A Arbitragem no Direito Brasileiro

CAPÍTULO XXVIII – O JUÍZO ARBITRAL

§ 44. Procedimento da arbitragem	491
380. O juízo arbitral no direito brasileiro.....	491
I – Introito.....	491
II – A Lei de Arbitragem	492
381. Disposições gerais	493
382. Convenção de arbitragem	494
383. Cláusula compromissória.....	495
384. Requisitos da cláusula compromissória	496
384.1. Cláusula compromissória e contrato de consumo	496
384.2. Cláusula compromissória e contratos de franquia	496
385. Execução da cláusula compromissória.....	497
I – Implantação do juízo disciplinada na cláusula compromissória	497
II – Omissão na cláusula compromissória sobre o juízo arbitral	497
III – Execução forçada da cláusula arbitral	498
386. Cláusula “cheia” e cláusula “vazia”	498
387. Direito intertemporal.....	499
388. Autonomia da cláusula compromissória.....	501
389. Compromisso arbitral	501
I – Celebração do compromisso.....	501
II – Elementos essenciais.....	502
III – Elementos complementares	502
390. Extinção do compromisso arbitral.....	502
391. Os árbitros.....	503
I – Designação	503
II – Deveres.....	503
III – Substituição.....	504
392. O procedimento	504
I – Garantias fundamentais.....	504
II – Instauração do procedimento	504
III – Deliberações iniciais.....	505
IV – Conflito de competência	505
V – Rito a ser observado	505
VI – Ausências na atividade arbitral: efeitos	506

393.	Tutelas cautelares e de urgência	506
	I – A tutela provisória e o juízo arbitral	506
	II – A atuação do juiz de direito	508
	III – A produção antecipada de provas	508
394.	Carta arbitral.....	508
	I – Função	508
	II – Instrução	509
	III – Cumprimento.....	509
395.	Sentença arbitral.....	510
396.	Requisitos da sentença arbitral.....	510
396-A.	Execução da sentença arbitral e desconsideração da personalidade jurídica	511
397.	Recursos	511
398.	Nulidade da sentença arbitral.....	512
	I – Hipóteses.....	512
	II – Competência	512
	III – Prazo para impugnação	512
	IV – Nulidade absoluta e nulidade relativa da sentença arbitral	513
	V – Sentença arbitral complementar.....	513
399.	Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras	513
	I – Homologação	513
	II – Negativa de homologação: hipóteses	514
	III – Informações complementares	514
399-A.	Superação de alguns problemas enfrentados pela sentença estrangeira.....	515
	I – Ofensa à ordem pública	515
	II – Convenção arbitral escrita	515
	III – A forma da convenção e a ordem pública	516
400.	Natureza jurídica do novo juízo arbitral brasileiro.....	516
401.	Visão comparatística da evolução do papel da arbitragem na composição de conflitos ...	517
	401.1. A arbitragem e a Administração Pública	519
	401.2. Destaques do regime da Lei nº 13.129/2015	520
	I – Aspectos subjetivos.....	520
	II – Aspectos objetivos.....	520
	III – Sede de arbitragem	520
	IV – Lei aplicável	521
	V – Escolha do árbitro e da câmara de arbitragem.....	521
	VI – Publicidade	521
	VII – Idioma.....	521
402.	Coexistência de arbitragem e execução judicial de título executivo negocial.....	522
402-A.	Coexistência de cláusula compromissória, procedimento judicial e mediação.....	522
402-B.	Conflito de competência entre juízo cível e juízo arbitral.....	523
403.	Alegação em juízo de convenção de arbitragem	524
403-A.	Possibilidade de invalidação da cláusula compromissória pelo Judiciário.....	524
403-B.	Cláusula compromissória e contratos coligados.....	526

Parte IV – Juizado Especial Civil

CAPÍTULO XXIX – AS PEQUENAS CAUSAS E O ACESSO À JUSTIÇA

§ 45.	Juizado Especial Civil ou Juizado de Pequenas Causas	529
404.	Introito.....	529
405.	Juizado Especial ou Juizado de Pequenas Causas?	530
406.	Criação do Juizado Especial	531
407.	Princípios informativos.....	531
408.	Princípio da oralidade	531
409.	Outros critérios informativos do procedimento do Juizado Especial.....	532
410.	Conciliação	533
411.	A facultatividade do Juizado Especial	534
412.	O Juizado Especial Civil.....	535
413.	Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil	535
414.	O Juizado Especial Civil e o Código de Processo Civil.....	536
	I – Normas gerais.....	536
	II – Normas específicas.....	536
415.	O Juizado Especial e o incidente de resolução de demandas repetitivas	537
§ 46.	O órgão judicante: competência e composição	539
416.	Competência.....	539
	I – Critério do valor da causa	539
	II – Critério <i>ratione materiae</i>	539
	III – Causas cíveis de menor complexidade.....	540
417.	Foro competente.....	540
418.	Conflito de competência	541
419.	Competência para execução forçada	541
420.	Limitações à competência.....	541
421.	O órgão judicante	542
422.	Distribuição de funções: tarefa do juiz.....	543
423.	Tarefa do juiz leigo e dos conciliadores.....	543
424.	O juízo arbitral	544
§ 47.	Partes	545
425.	Legitimação <i>ad causam</i>	545
426.	Legitimação <i>ad processum</i>	545
427.	Litisconsórcio e intervenção de terceiros.....	546
428.	Intervenção do Ministério Público	547
§ 48.	Os atos processuais e o procedimento	548
429.	Os atos processuais e sua forma	548
430.	O procedimento	548
431.	A propositura da ação.....	549
432.	Citações e intimações	549
433.	Requisitos da citação	550
434.	Intimações.....	550
435.	A audiência de conciliação, instrução e julgamento	550

436.	A resposta do réu	551
437.	As provas	552
§ 49.	A sentença e os recursos	553
438.	A sentença	553
439.	Recursos	553
	I – Recurso nominado	553
	II – Recurso extraordinário	554
	III – Recurso contra decisão interlocutória	554
	IV – Embargos declaratórios	555
	V – Processamento	555
440.	Mandado de segurança	556
441.	Uniformização de jurisprudência	557
	441.1. Competência para a reclamação	558
442.	Extinção do processo	558
§ 50.	Execução e disposições especiais	560
443.	Execução forçada	560
	I – Execução de título judicial	560
	II – Execução de título extrajudicial	561
444.	As despesas processuais no Juizado Especial Civil	561
445.	Curadorias e assistência judiciária	562
446.	Acordos extrajudiciais	562
447.	Ação rescisória	562
448.	Disposições finais sobre a organização dos Juizados Especiais	562

CAPÍTULO XXX – O JUIZADO ESPECIAL FEDERAL

§ 51.	As pequenas causas na Justiça Federal	565
449.	A instituição do Juizado Especial Federal	565
450.	Disciplina legal	565
451.	Princípios informativos	565
452.	Competência absoluta	566
453.	Conflito de competência	566
§ 52.	Órgão julgante	567
454.	Composição do órgão julgante	567
455.	Sessão de conciliação	567
456.	Competência	567
457.	Conflito de competência	568
458.	Causas de competência dos Juizados Especiais Federais	568
§ 53.	Partes	570
459.	Legitimação	570
460.	Intervenção de terceiros e litisconsórcio	570
461.	Ministério Público	570
462.	<i>Jus postulandi</i> e representação das partes	570
§ 54.	Atos processuais e procedimento	572
463.	Princípios	572

464.	Atos de comunicação processual	572
465.	Uso de meios eletrônicos.....	572
466.	Prazos.....	572
467.	Petição inicial.....	572
468.	Resposta.....	573
469.	Exceções	573
470.	Sessão de conciliação	573
471.	Instrução probatória	573
472.	A sentença e as máximas de experiência	574
473.	Reexame necessário	574
§ 55.	Sistema recursal	575
474.	Recursos no Juizado Especial	575
475.	Recurso especial e recurso extraordinário.....	575
476.	Incidente de uniformização de jurisprudência	575
§ 56.	Execução e medidas preventivas	577
477.	Execução.....	577
478.	Medidas cautelares	577
479.	Antecipação de tutela.....	577
 CAPÍTULO XXXI – OS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA 		
§ 57.	As pequenas causas da Fazenda Pública no âmbito dos estados, Distrito Federal, territórios e municípios	580
480.	A instituição dos Juizados Especiais da Fazenda Pública	580
481.	Disciplina legal	580
482.	Competência absoluta	581
§ 58.	Órgão judicante	582
483.	Composição do órgão judicante	582
484.	Competência.....	582
§ 59.	Partes	584
485.	Legitimação.....	584
486.	Ministério Público	584
487.	Representação das partes	584
§ 60.	Atos processuais e procedimento	585
488.	Atos de comunicação processual e prazos	585
489.	Petição inicial, citação e resposta	585
490.	Audiência de conciliação	585
491.	Instrução probatória	585
492.	Sentença e recurso de ofício	586
493.	Tutela de urgência (medidas cautelares e antecipatórias).....	586
§ 61.	Sistema recursal	587
494.	Recursos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	587
495.	Uniformização de jurisprudência	587
496.	Causas repetitivas.....	587

	I – Incidente de uniformização submetido ao STJ.....	587
	II – Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	588
497.	Medidas de urgência.....	588
§ 62.	Sistema de execução de sentença nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	589
498.	Cumprimento da sentença.....	589
499.	Obrigações de fazer, não fazer ou de entrega de coisa.....	589
500.	Obrigações de quantia certa.....	589

Parte V – Alguns Procedimentos Especiais Disciplinados Fora do Código de Processo Civil

CAPÍTULO XXXII – AÇÕES CONSTITUCIONAIS

§ 63.	A Constituição e o processo.....	593
501.	O direito processual constitucional.....	593
502.	Os fundamentos do direito processual constitucional.....	593
§ 64.	Mandado de segurança.....	595
503.	Conceito.....	595
504.	Natureza da ação.....	595
505.	Legitimação ativa.....	596
506.	Legitimação passiva.....	596
	I – Pessoa jurídica na relação processual.....	596
	II – Autoridade coatora: como identificá-la?.....	598
507.	Pessoas equiparadas às autoridades, para fins de mandado de segurança.....	599
508.	Ato de autoridade judicial.....	599
509.	Ato sujeito a recurso administrativo.....	600
510.	Litisconsórcio.....	601
511.	Assistência.....	601
512.	Pressuposto especial do mandado de segurança: direito líquido e certo.....	602
513.	Procedimento.....	603
	I – Petição inicial.....	603
	II – Notificação.....	603
	III – Revelia.....	603
	IV – Sentença.....	603
514.	Instrução por meio de documentos ainda não obtidos pelo impetrante.....	604
515.	Liminar.....	604
516.	Suspensão da segurança.....	606
517.	Prazo decadencial para impetrar o mandado de segurança.....	607
518.	Competência.....	607
519.	Desistência do mandado de segurança.....	609
520.	Sentença e coisa julgada.....	609
521.	Inovações processuais da Lei nº 12.016, de 07.08.2009.....	610
§ 65.	Mandado de segurança coletivo.....	614
522.	Conceito.....	614
523.	Direitos coletivos e direitos difusos.....	614
524.	Legitimação ativa.....	615

525.	Legitimação passiva	616
526.	Procedimento e competência	616
527.	Liminar	617
527-A.	Execução.....	617
§ 66.	Mandado de injunção	619
528.	Conceito	619
	I – Ação constitucional de mandado de injunção.....	619
	II – O problema da inconstitucionalidade por omissão.....	619
	III – A ação direta de inconstitucionalidade e o mandado de injunção.....	619
	IV – Omissão normativa praticada pela Administração	620
529.	Objeto	620
530.	Pressupostos.....	622
	I – Omissão normativa inconstitucional	622
	II – Omissão total e omissão parcial	622
	III – Casos de inadmissibilidade do mandado de injunção	623
	IV – Comprometimento da eficácia da norma constitucional não regulamentada.....	624
	V – Perda de objeto da ação de injunção.....	625
531.	Legitimação.....	625
	I – Observações gerais	625
	II – Legitimação ativa.....	625
	III – Litisconsórcio ativo	626
	IV – Legitimação passiva.....	626
532.	Competência.....	627
	I – Na esfera federal.....	627
	II – Na esfera estadual.....	628
533.	Procedimento	628
	I – Petição inicial	628
	II – Documentos fora do alcance do impetrante	628
	III – Pedido (objeto do processo)	629
	IV – Prazo para ajuizamento do mandado de injunção.....	629
	V – Julgamento do mandado de injunção.....	629
	VI – Não se trata, entretanto, de ação de cobrança.....	630
	VII – Coisa julgada.....	631
	VIII – Renovação da ação de mandado de injunção	631
	533.1. Visão esquemática do procedimento do mandado de injunção.....	632
533-A.	Desistência da ação de mandado de injunção.....	632
533-B.	Intervenção do Ministério Público	633
533-C.	Medida liminar.....	633
533-D.	Limites subjetivos da eficácia do deferimento da injunção.....	634
533-E.	Ampliação dos limites subjetivos da injunção	634
533-F.	Condições para obter a extensão <i>erga omnes</i> da decisão	635
533-G.	“Provisoriedade” do provimento editado no julgamento do mandado de injunção	636
533-H.	Recursos	637
533-I.	Mandado de injunção coletivo	637

533-J.	Limites subjetivos da coisa julgada formada no mandado de injunção coletivo.....	638
533-K.	Litispendência.....	639
§ 67.	Habeas data.....	642
534.	Conceito	642
535.	Natureza jurídica	643
536.	Legitimidade e interesse.....	643
537.	Objeto do <i>habeas data</i>	644
538.	Competência.....	644
539.	Procedimento	645
540.	Cumprimento da sentença.....	646
541.	Coisa julgada.....	646
§ 68.	Ação popular	648
542.	Conceito	648
543.	Requisitos	648
544.	Atos atacáveis pela ação popular.....	649
544-A.	Ação popular e políticas públicas relacionadas com concessões de serviços públicos...	649
545.	Legitimação.....	650
546.	Procedimento	650
547.	Sentença.....	651
548.	Coisa julgada.....	651
549.	Execução.....	651
550.	Prescrição	652

CAPÍTULO XXXIII – AÇÕES COLETIVAS

§ 69.	Ação civil pública e outras ações coletivas.....	654
551.	Histórico.....	654
552.	Direito material coletivo e direito processual coletivo.....	655
553.	Configuração dos direitos materiais tuteláveis pela ação civil pública	656
554.	Objeto da ação civil pública.....	656
555.	Ações coletivas possíveis após o CDC.....	658
	I – Direitos individuais homogêneos	659
	II – Direitos difusos e coletivos	659
	III – Procedimento único	660
556.	Legitimação.....	661
556-1.	Substituição da entidade autora no curso do processo	663
556-A.	Legitimação de pessoa jurídica de direito público.....	663
557.	Ação coletiva por meio de associação	664
	I – Defesa dos direitos coletivos e dos individuais homogêneos.....	664
	II – Defesa coletiva de direitos dos associados	665
	III – A associação e a ação civil pública	666
558.	Ações coletivas promovidas por sindicatos	666
	I – Representação ou substituição processual?.....	666
	II – Execução da sentença em ações ajuizadas pelo sindicato: requisitos.....	667
559.	O Ministério Público e a tutela coletiva dos direitos individuais homogêneos.....	667

559-A. Tutela pelo Ministério Público de direitos individuais indisponíveis.....	671
559-B. Custeio da perícia na ação civil pública movida pelo Ministério Público.....	672
560. Inquérito civil	672
I – Função	672
II – Natureza.....	673
III – Instauração e procedimento	673
560-A. Ação civil pública e políticas públicas	674
560-B. Negócio jurídico processual em ação civil pública.....	676
561. Competência.....	677
562. Procedimento	677
562.1. Regime especial das despesas com as provas necessárias na ação civil pública.....	678
563. Liminar.....	678
563-A. Remessa necessária	678
563-B. Verba advocatícia sucumbencial.....	679
563-C. Cabimento da imposição de <i>astreinte</i>	679
564. Coisa julgada.....	680
564.1. Cientificação dos beneficiários individuais da sentença coletiva.....	682
565. Execução.....	683
565.1. Prescrição da execução individual da sentença coletiva.....	684
565.2. Alienação do imóvel objeto de tutela ao meio ambiente	685
566. Execução coletiva por meio de sindicato ou associação	685

CAPÍTULO XXXIV – AÇÕES LOCATÍCIAS

§ 70. Generalidades.....	688
567. Dos procedimentos e suas disposições gerais	688
568. Tramitação durante as férias forenses	688
569. Competência do <i>forum rei sitae</i>	689
570. Valor da causa.....	689
571. Atos de comunicação processual	690
572. Ausência de efeito suspensivo da apelação nas ações locatícias	691
572-A. Cobrança de aluguéis e encargos da locação.....	691
§ 71. Ação de despejo.....	693
573. Natureza	693
574. A força executiva do procedimento.....	694
575. A liminar na ação de despejo	695
576. Legitimação.....	696
577. Documentação da petição inicial.....	696
578. Concordância do locatário com a pretensão do locador	697
579. Denúncia vazia	697
580. Denúncia cheia.....	698
§ 72. Ação de despejo por falta de pagamento	700
581. Cabimento.....	700
582. Consequência da cumulação de pedidos.....	700
583. Purga da mora	701

584.	Reiteração abusiva da purga da mora.....	702
585.	Purga da mora e contestação	702
§ 73.	Execução da sentença de despejo.....	705
586.	Desocupação voluntária.....	705
587.	Execução forçada.....	705
588.	Execução em caso de despejo cumulado com cobrança de aluguel.....	706
589.	Execução provisória e caução.....	706
590.	Abandono do imóvel pelo locatário	706
§ 74.	Ação de consignação de aluguel e acessórios da locação	708
591.	Cabimento.....	708
592.	Legitimação.....	708
593.	Pressupostos.....	708
594.	Procedimento	709
595.	Petição inicial.....	709
596.	Depósito judicial	709
597.	Prestações vincendas	709
598.	Revelia.....	709
599.	Contestação.....	710
600.	Reconvenção	710
601.	Complementação do depósito após a contestação	710
602.	Levantamento do depósito.....	711
§ 75.	Ação revisional de aluguel	713
603.	Cabimento.....	713
604.	Natureza	713
605.	Legitimação.....	713
606.	Procedimento	713
607.	Petição inicial.....	714
608.	Aluguel provisório	714
609.	Contestação.....	716
610.	Sentença.....	716
611.	Verbas de sucumbência.....	717
612.	Execução de sentença	717
613.	Acordo de desocupação	717
§ 76.	Ação renovatória.....	720
614.	Cabimento.....	720
615.	Natureza jurídica.....	720
616.	Legitimação.....	721
617.	Procedimento	722
618.	Petição inicial.....	722
619.	A defesa do locador	725
620.	Defesa baseada na ausência dos pressupostos legais.....	725
621.	Defesa baseada no valor real da locação	725
622.	Defesa baseada em melhor proposta de terceiro	726
623.	Retomada para construção ou reconstrução.....	726

624.	Retomada para uso próprio	727
625.	Aluguel provisório	727
626.	Sentença.....	727
627.	Sentença de retomada.....	728
628.	Execução de sentença	729
629.	Indenização de perdas e danos.....	730

**CAPÍTULO XXXV – AÇÕES DECORRENTES
DE LEASING E ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**

§ 77.	Alienação fiduciária em garantia	732
630.	Introdução.....	732
	630.1. A propriedade do devedor fiduciante como requisito da constituição da garantia real em favor do credor fiduciário.....	733
631.	Remédios processuais utilizáveis pelo credor fiduciário (coisas móveis).....	734
632.	Busca e apreensão.....	735
	632.1. Consequências da improcedência da ação de busca e apreensão.....	739
633.	Legitimação ativa para a ação de busca e apreensão	739
634.	Ação de depósito	739
635.	Ação de execução	740
635-A.	Conversão da busca e apreensão em execução: valor exequível	740
636.	Execução da alienação fiduciária de bem imóvel	741
	636.1. Purga da mora na execução de imóvel alienado fiduciariamente	742
	636.2. Despesas condominiais incidentes sobre o imóvel alienado fiduciariamente....	744
636-A.	Taxa de ocupação	745
636-B.	Inoponibilidade, ao comprador do imóvel, da hipoteca, ou da alienação fiduciária contratadas pelo construtor junto ao financiador da obra	745
636-C.	Recuperação judicial e falência do devedor alienante.....	746
§ 78.	Arrendamento mercantil (<i>leasing</i>)	751
637.	Noção de arrendamento mercantil	751
	637.1. Descaracterização do contrato de <i>leasing</i>	751
638.	Ações decorrentes do <i>leasing</i>	752
	638.1. Despesas com o depósito do bem arrendado.....	755
638-A.	Arrendamento mercantil e usucapião pelo devedor arrendatário	755
639.	Aspecto tributário	756
	Bibliografia	759
	Índice dos Fluxogramas	781